



Simulado Final

PM PA

Soldado - Pós-Edital



Simulado Especial

Simulado PM PA – Soldado

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PM PA;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-PM-PA-Soldado-29-05-21>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Janaína Arruda / Luiz Felipe Durval

TEXTO I - QUESTÃO FUNDIÁRIA É VITAL PARA A AMAZÔNIA

O aumento dos índices de desmatamento é a principal causa da maior emissão de gases do efeito estufa pelo Brasil – e a razão central, portanto, para que o País esteja se afastando cada vez mais das metas de redução das emissões.

Quando se fala em desmatamento no Brasil, a Amazônia é protagonista. Em 2019, a área desmatada na Amazônia Legal ultrapassou a marca de 10 mil km² pela primeira vez desde 2008, chegando a 10.129 km². No ano passado, o índice voltou a subir: 11.088 km². Segundo o projeto PRODES, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento já consumiu 813.047 km² da Amazônia Legal até 2020, o que equivale a 16% da área original.

Uma das consequências diretas do desmatamento na Amazônia é que a participação do setor Mudança de Uso da Terra e Florestas (no qual se enquadram os desmatamentos) no total de emissões do País subiu de 39,7% para 44,5% entre 2018 e 2019, de acordo com dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG).

Um dos nós que precisam ser desatados para a sobrevivência da Amazônia é equacionar a situação fundiária caótica da região, observa Beto Veríssimo, cofundador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que monitora os dados de desmatamento da região por meio de um sistema via satélite.

“A regularização fundiária é um grande problema, mas ao mesmo tempo pode ser a solução”, considera Beto. O primeiro passo, diz ele, é entender que há “diferentes Amazônias” no que diz respeito ao histórico de ocupação da região. “Há a Amazônia ocupada há mais tempo, desde a década de 1970, por famílias incentivadas naquela época pelo Governo. O caminho nesses casos é ajudar a legitimar essa presença, já que a titulação é um passo importante para o aprimoramento da agricultura, pois ajuda a obter empréstimos e a fazer investimentos.”

Há também a parte que o pesquisador chama de “Amazônia sob pressão”, de ocupação mais recente – no máximo 15 anos –, composta por uma faixa que inclui municípios como Altamira e São Félix do Xingu, ambos no Pará – não por acaso, líderes do ranking de maiores emissores de gases do efeito estufa, recém-divulgado pelo Observatório do Clima. “Nesse caso, a regularização fundiária beneficiaria grileiros e invasores”, compara.

Há iniciativas tramitando no Congresso Nacional para conceder anistias e transferir marcos temporais relacionados à ocupação ilegal da Amazônia, algo que o Brasil tem feito sistematicamente para “contemporizar” ações predatórias, observa o cofundador do Imazon. “Temos que acabar com essa tradição. Ou criamos um ordenamento territorial sério na Amazônia ou ela vai desaparecer.”

Os estudiosos da região dizem que, em paralelo às ações de controle de danos, é fundamental investir no desenvolvimento econômico e atração de negócios. Culturas permanentes, como cacau, banana e açaí, têm grande potencial econômico e permitem a restauração ambiental. Juntas, a renda obtida por essas três culturas no ano passado chegou a R\$ 5,6 bilhões.

“Há uma série de boas iniciativas na Amazônia que estão dependendo apenas de apoio para ganhar escala”, diz o advogado Sérgio Leitão, fundador e diretor executivo do Instituto Escolhas. Esse apoio precisaria incluir, claro, a participação efetiva do Governo Federal, não apenas para aprimorar a infraestrutura da região – onde o acesso à internet ainda é um grande problema, por exemplo –, mas para conceder incentivos efetivos.

(ESTADÃO. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,questao-fundiaria-e-vital-para-a-amazonia,70003698640>. Adaptado)

01. Em relação às informações apresentadas no texto, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo especialista, o controle de danos através da regularização fundiária é a única solução para o desmatamento.
- b) O texto afirma que só em 2020 o desmatamento consumiu 813.047 km² da Amazônia Legal.
- c) De acordo com estudiosos, o desenvolvimento de atividades econômicas pode beneficiar a Amazônia.
- d) O autor do texto afirma que a exploração desenfreada teve seu início na década de 1970 com o início da ocupação territorial.
- e) Estudos apontam que a regularização fundiária apenas legitimaria a atividade criminosa.

02. Considerando as palavras do texto, é correto afirmar que exemplificam, respectivamente, uma oxítone e uma paroxítone acentuadas graficamente os vocábulos

- a) "Índices" e "país"
- b) "Até" e "Amazônia"
- c) "Há" e "fundiária"
- d) "Consequências" e "sério"
- e) "Líderes" e "municípios"

03. No 8º parágrafo, a oração "investir no desenvolvimento econômico e atração de negócios" é subordinada

- a) substantiva completiva nominal
- b) substantiva subjetiva
- c) adverbial final
- d) adjetiva restritiva
- e) substantiva predicativa

04. As preposições destacadas em "Um dos nós que precisam ser desatados **para** a sobrevivência da Amazônia" (4º parágrafo) e "[...] a renda obtida **por** essas três culturas no ano passado chegou a R\$ 5,6 bilhões" (8º parágrafo) estabelecem, respectivamente, relações de

- a) causa e meio
- b) matéria e substituição
- c) meio e finalidade
- d) finalidade e meio
- e) finalidade e substituição

05. Com relação às classes gramaticais, é correto afirmar que, no 7º parágrafo, os vocábulos "algo", "que" (em "algo que") e "e" (em "e transferir marcos temporais") são, respectivamente,

- a) pronome, pronome e conjunção
- b) substantivo, conjunção e preposição
- c) pronome, conjunção e conjunção
- d) substantivo, pronome e conjunção
- e) advérbio, pronome e preposição

06. Considerando-se a coesão e a coerência textual, no trecho "que monitora os dados de desmatamento da região por meio de um sistema via satélite." (4º parágrafo), o termo sublinhado retoma

- a) Beto Veríssimo
- b) Um dos nós
- c) cofundador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
- d) a situação fundiária caótica da região
- e) Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

07. No trecho "Há uma série de boas iniciativas na Amazônia" (9º parágrafo), o sujeito é

- a) inexistente
- b) simples
- c) desinencial
- d) composto
- e) indeterminado

08. Acerca dos aspectos estruturais, semânticos e gramaticais do texto, assinale a alternativa correta.

- a) "da Amazônia Legal" (2º parágrafo) e "na Amazônia" (9º parágrafo) exercem a mesma função sintática.
- b) O tempo verbal utilizado em "Nesse caso, a regularização fundiária beneficiaria grileiros e invasores" foi o pretérito imperfeito para indicar hipótese.
- c) Os termos destacados em "**que** estão dependendo apenas de apoio para ganhar escala" (9º parágrafo) e "**Os estudiosos da região** dizem que, em paralelo às ações de controle de danos, é fundamental investir no desenvolvimento econômico e atração de negócios" (8º parágrafo) desempenham a mesma função no período que integram.
- d) O vocábulo destacado em "**onde** o acesso à internet ainda é um grande problema" (9º parágrafo) poderia ser corretamente substituído por **cujo**.
- e) O trecho destacado em "[...] é a principal causa da maior emissão **de gases do efeito estufa**" (1º parágrafo) é adjunto adnominal do termo "emissão".

TEXTO II



(Disponível em: <https://catracalivre.com.br/entretenimento/10-tirinhas-da-mafalda-que-se-levadas-a-serio-mudariam-o-mundo/>)

09. Em relação às informações apresentadas na tirinha, assinale a alternativa correta.

- a) O vocábulo "coitado" refere-se ao narrador cuja fala está descrita no primeiro quadrinho.
- b) Infere-se do texto que a personagem desconhece a funcionalidade de um globo terrestre.
- c) As reticências no primeiro balão de diálogo indicam que a fala não foi concluída.
- d) A personagem personifica o objeto do último quadrinho ao atribuir características humanas a ele.
- e) A palavra "desgosto" foi formada a partir de derivação parassintética.

10. A expressão "de tanto desgosto" pode ser classificada como

- a) adjunto adnominal
- b) adjunto adverbial de modo
- c) complemento nominal
- d) complemento verbal
- e) adjunto adverbial de causa

ATUALIDADES

Sérgio Henrique

11. A política de ocupação de terras devolutas ou povoadas por indígenas na região amazônica foi bastante controversa. Conflitos entre posseiros, indígenas e grileiros a serviço de latifundiários causaram muitas mortes e devastação da floresta. Essa dura realidade levou os irmãos Villas Boas e o Marechal Rondon a trabalhar em conjunto com o governo federal para o desenvolvimento de um programa de proteção aos povos indígenas. O resultado desse esforço político e coletivo, durante o século XX, foi o

- a) Plano federal de doação e ocupação das terras indígenas para os latifundiários.
- b) retirada de todos os grileiros da região amazônica.
- c) retirada dos povos indígenas da região Norte do Brasil.
- d) reforma agrária ampla na região amazônica.
- e) criação de reservas indígenas.

12. Amazônia possui uma reserva de água subterrânea com volume estimado em mais de 160 trilhões de metros cúbicos, conforme estimou Francisco de Assis Matos de Abreu, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA).

[...] Denominado, pelo pesquisador e procurador, Sistema Aquífero Grande Amazônia (Saga), o sistema hidrogênio lógico começou a ser formado a partir do período cretáceo, a cerca de 135 milhões de anos.

Disponível em: <<https://agencia.fapesp.br/Amazônia-tem-oceano-subterrâneo/19541/>>. Acesso em: 18 dez 2020, com adaptações.

Com base no exposto, no que se refere ao Saga, assinale alternativa correta.

- a) nenhum município da região amazônica utiliza a água subterrânea para o abastecimento da população.
- b) O Saga é um sistema hidrogeológico transfronteiriço, uma vez que abrange outros países da América do Sul.

- c) A reserva subterrânea representa cerca de 40% de toda água da Amazônia, enquanto que as águas dos rios representam 60% desse total.
- d) embora a estimativa do volume de água na reserva subterrânea da Amazônia seja significativo, em torno de 160 trilhões, ainda é bem inferior que a do aquífero Guarani, depósito de água doce subterrânea que abrange os territórios do Uruguai, da Argentina, do Paraguai e, principalmente, do Brasil.
- e) A péssima qualidade da água subterrânea no aquífero da região amazônica inviabiliza a sua distribuição junto à população.

13. A Lei nº 8.878/2019 dispõe quanto a regularização fundiária e de ocupações rurais e não rurais em terras públicas do estado do Pará. No art. 1º, fica o estado do Pará, por meio do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), autorizado a alienar as terras públicas de que é proprietário, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do estado do Pará e desta lei. No parágrafo único do artigo supracitado, tem-se que a destinação das terras públicas rurais e não rurais do estado do Pará será compatibilizada com as políticas agrícolas, ambiental, agrária, Estrativista florestal, extrativismo de produtos florestais não madeireiros, de desenvolvimento urbano, fundiário e industrial.

Disponível em:

<http://eew.interpa.pa.gov.br/sites/default/files/lei_no8.878-2019.pdf> Acesso em: 18 dez de 2020, com adaptações.

Considerando o texto motivador e de acordo com as ocupações rurais e não rurais em terras públicas do estado do Pará, é correto afirmar que

- a) agricultor familiar corresponde àquele que pratica atividades no meio rural e (ou) urbano e que não detenha, a qualquer título, a área maior que 300 hectares de área útil e ocupação consolidada.
- b) alienação de terras públicas representa ato de cessão, de domínio útil ou pleno, de terras públicas federais a título exclusivo amente gratuito.
- c) Terra regularizáveis consiste em qualquer área pretendida, já ocupada ou não, independentemente de se atender a requisitos legais.

- d) não há impugnação de terceiros em ocupação mansa e pacífica.
- e) título de legitimação de posse é o título precário de terra, redigido pelo próprio ocupante do imóvel rural, registrado em cartório e equivalente ao documento oficial de propriedade.

14. Assinale a alternativa correta acerca das unidades de conservação do Pará.

I- Reserva Biológica das nascentes da Serra do Cachimbo. É uma “caixa d’água” no sul do Pará, pois há muitas nascentes importantes, como a do rio Iriri. Está localizada no oeste paraense e faz parte das sub-bacias do rio Xingu e Tapajós.

II- As Unidades de Conservação no sul do Pará sofrem os impactos das grandes obras de construção civil e infraestrutura, como as usinas hidrelétricas, rodovias e ferrovias. A Flona Jamanxim e a Rebio do Cachimbo são unidades de conservação afetadas na região de Altamira e Novo Progresso, bem como ocorrem atividades de garimpo ilegal nas Terras Indígenas Munduruku, em Novo Progresso e Itaituba.

III- Oito unidades de conservação do Pará ficaram entre as 10 mais desmatadas da Amazônia, no mês de setembro de 2020. Os dados são do Deter, sistema do INPE que faz o monitoramento sobre as alterações na cobertura florestal. Dos 964,45 km² desmatados na Amazônia Legal, quase a metade, mais de 44% (425,99 km²), pertence ao estado. Assinale a alternativa correta sobre o tema.

Estão corretas as proposições:

- a) Nenhuma.
- b) II e III estão corretas.
- c) I e II estão corretas.
- d) I e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

15. (IADES – PM-PA/CFP/2020)

A Lei nº8.878/2019, no seu art.15, que trata das disposições comuns aos procedimentos de regularização fundiária e dispõe que “após conclusão do procedimento previsto em regulamento, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) deverá emitir o respectivo título, que observará as seguintes cláusulas resolutivas gerais”.

Disponível em:

<http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/lei_no8.878-2019.pdf> Acesso em: 23 dez. 2020, com adaptações.

Acerca desse assunto, assinale alternativa que indica uma clausula resolutive geral.

- a) possibilidade de negociação da área rural por parte do beneficiário, assim que ele for entregue o título, independentemente da forma de alienação.
- b) exploração que favoreça os interesses econômicos do proprietário, ainda que descumpra a legislação ambiental vigente.
- c) participação do estado do Pará no resultado da exploração econômica minerária.
- d) impossibilidade de transmissão por sucessão legítima ou testamentária do título de propriedade.
- e) Áreas de ocupações consolidadas de comunidades extrativistas poderão ser alvo de alienação, tanto por compra como por doação, ainda que estejam afetadas pelo conflito fundiário coletivo.

16. Examine o quadro.

Impactos aos solos
I. Afetam a microbiota presente no solo.
II. Aumentam a taxa de decomposição da matéria orgânica e de mineralização do solo.
III. Alteram a capacidade de infiltração do solo.
IV. Deixam o solo exposto a processos erosivos, já que sua camada protetora é retirada.

(Helivania S. dos Santos. www.biologianet.com. Adaptado.)

No Brasil, os impactos apresentados no quadro são comumente observados em áreas de cultivo em que se adota a prática

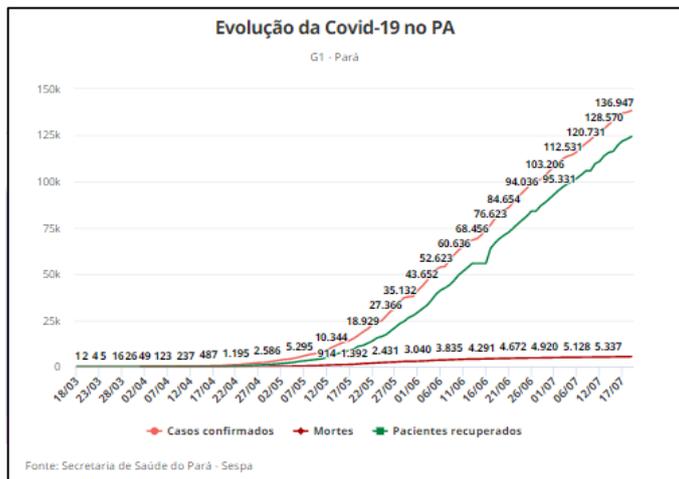
- a) das queimadas.
- b) do terraceamento.
- c) da lixiviação.
- d) do assoreamento.
- e) das paliçadas

17. A exploração da madeira no Pará é a atividade que tem a dianteira no processo de aumento da fronteira agrícola. As rodovias possuem um papel essencial neste processo, pois onde são construídas rodovias, elas se tornam um vetor do povoamento através da grilagem de terras. A maior parte da madeira que é extraída ilegalmente é:

- a) Exportada principalmente para a União Europeia, EUA e Ásia.
- b) Consumida no mercado interno sobretudo na região Nordeste e Sudeste.
- c) Exportada principalmente para a União Europeia, EUA e Ásia.
- d) Consumida no mercado interno sobretudo na região Centro Oeste e Sul.
- e) Exportada principalmente para a União Europeia, EUA e América Latina.

18. A crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus atingiu de maneira desigual os Estados brasileiros – embora a queda tenha sido generalizada. Nos meses de março e abril, quando o isolamento social se intensificou em várias cidades, a atividade econômica no País como um todo passou por retração de 15,29%, conforme dados do Banco Central. No mesmo período, o Amazonas registrou queda de 21,44% na atividade e o Ceará apresentou baixa de 15,89%. Por outro lado, as regiões onde o agronegócio é a base da economia têm registrado quedas menores.

Fonte: <https://www.istoedinheiro.com.br/regioes-agricolas-tem-sentido-menos-os-efeitos-da-covid-19-na-economia/>



O Pará também aproveitou a forte demanda global por alimentos. Dentre as alternativas a seguir, assinale a alternativa correta.

- a) O sul do Estado do Pará é hoje tomado pela soja. Essa atividade agrícola permitiu que a retração não fosse tão significativa. Pelos dados do Banco Central, a atividade econômica paraense recuou apenas 5,22% em abril e maio, bem abaixo dos 21,44% de retração do Amazonas.
- b) O impacto do COVID 19 foi mais forte porque a base da economia do Estado é a Zona Franca. Com a pandemia, boa parte das empresas do polo industrial fechou ou reduziu as atividades.

- c) A pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, vem produzindo repercussões apenas de ordem sanitária, de modo a adotar medidas de prevenção com isolamento e distanciamento social.
- d) Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde classificou a Doença pelo coronavírus 19 como uma pandemia, visto que antes já havia outros tipos de coronavírus.
- e) Cientistas e pesquisadores anunciaram recentemente que a quarentena e distanciamento social não funcionam, por isso há previsão de segunda onda de coronavírus.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Jhoni Zini

19. Assinale a alternativa que contém uma proposição lógica.

- a) Que roupa linda!
- b) Ela é uma mulher bonita.
- c) Atenda ao telefone.
- d) Pedro passou no concurso de auditor.
- e) Um excelente policial.

20. Considere a seguinte proposição:

“Se Carlos trabalha com roupas, então sempre está bem vestido.”

Assinale a alternativa que apresenta a proposição composta equivalente.

- a) Se Carlos não trabalha com roupas, então nunca está bem vestido.
- b) Se Carlos nunca está bem vestido, então não trabalha com roupas.
- c) Se Carlos às vezes não está bem vestido, então não trabalha com roupas.
- d) Carlos trabalha com roupas e não está bem vestido.
- e) Carlos trabalha com roupas ou sempre está bem vestido.

21. Considerando p e q duas proposições quaisquer, assinale a alternativa que representa, logicamente, uma tautologia.

- a) $\sim p \wedge q$
- b) $\sim p \wedge p$
- c) $p \rightarrow (q \rightarrow p)$
- d) $(p \vee q) \rightarrow (p \wedge q)$
- e) $p \vee q$

22. Assinale a alternativa que corresponde à negação lógica da proposição “João é policial e Pedro não é delegado”.

- a) João não é policial e Pedro é delegado.
- b) João não é policial e Pedro não é delegado
- c) João não é policial ou Pedro não é delegado
- d) João não é policial ou Pedro é delegado.
- e) Se João não é policial, então Pedro é delegado.

23. Em um restaurante há no cardápio 4 tipos massas, 5 tipos de proteínas e 3 tipos de salada. Quantas opções de pratos diferentes possui uma pessoa que vai a esse restaurante e pretende escolher uma massa, uma proteína e uma salada?

- a) 10
- b) 12
- c) 24
- d) 45
- e) 60

24. Considere a proposição “Se as forças policiais aumentam sua estrutura ou aumentam o efetivo, então a segurança da população aumenta”. Nesse caso, a quantidade de linhas da tabela verdade é igual a:

- a) 2
- b) 4
- c) 8
- d) 16
- e) 32

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

25. A respeito da “Administração Pública”, é correto afirmar que:

- a) a expressão designa, em seu sentido orgânico, a natureza das atividades exercidas pelos entes públicos.
- b) consiste, em seu sentido formal, na relação entre órgãos e entidades da Administração Direta e da Indireta.
- c) corresponde, em seu sentido estrito, aos órgãos que praticam atos de natureza política.
- d) representa o ente dotado de personalidade jurídica, sendo, no caso brasileiro, formada pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) consiste, em seu sentido subjetivo, no conjunto de entidades, órgãos e agentes que o ordenamento jurídico identifica como pertencentes à administração pública.

26. A respeito da discricionariedade e da vinculação dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) O mérito administrativo consiste no poder conferido ao administrador público para decidir sobre a oportunidade e a conveniência da prática de um ato vinculado.
- b) Nos atos discricionários, o gestor público terá liberdade para valorar a causa e o conteúdo do ato administrativo, permitindo-se que ele extrapole os limites legais.
- c) Apenas os atos vinculados admitem controle judicial.
- d) O juízo de mérito, quando existente, recairá sobre os elementos objeto e finalidade do ato administrativo.
- e) Nos atos vinculados ou regrados, a lei define de maneira exaustiva a conduta do gestor, de sorte que não há espaço para qualquer juízo de mérito por parte do administrador público.

27. A responsabilidade do agente público em relação a danos causados no exercício de sua função é:

- a) subjetiva.
- b) objetiva, pautada pela teoria do risco integral.
- c) objetiva, pautada pela teoria do risco administrativo.
- d) supletiva.
- e) objetiva, com fundamento na teoria do risco social.

28. Em relação aos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A aplicação da sanção de suspensão a servidor público decorre do poder de polícia.
- b) Sujeitam-se ao exercício do poder disciplinar aqueles alcançados pela disciplina interna da Administração, quer sejam servidores públicos ou particulares com vínculo específico com a Administração.
- c) O abuso de poder admite apenas a forma comissiva.
- d) Ao exercer o poder regulamentar, o Poder Executivo poderá contrariar a lei se tiver como finalidade o bem comum dos brasileiros.
- e) Os decretos autônomos têm por objetivo permitir a fiel execução da lei.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

29. Com base na Constituição Federal, acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) Os presidiários poderão ser expostos a trabalhos forçados, no intuito de comutação de pena.
- b) Ao estrangeiro é proibido entrar em solo nacional e por ele transitar.
- c) A propriedade não tem a obrigatoriedade de cumprir sua função social.
- d) É lícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

e) O direito à inviolabilidade do domicílio alcança os quartos de hotéis e os compartimentos privados onde alguém exerce atividade profissional.

30. A respeito dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, assinale a alternativa incorreta.

- a) Como regra, não é cabível habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.
- b) Ao militar é defeso tomar posse em emprego público civil.
- c) O militar é proibido de exercer o direito de greve.
- d) Aos polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;
- e) O militar alistável é elegível e se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade

31. Os policiais militares e os corpos de bombeiros militares são militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios e são organizados com base:

- a) disciplina e inteligência.
- b) hierarquia e disciplina.
- c) hierarquia e inteligência.
- d) hierarquia e funcionalidade.
- e) disciplina e funcionalidade.

32. A despeito da nacionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por decisão administrativa, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;
- b) Se para exercer direitos civis um brasileiro for compelido a naturalizar-se estrangeiro, então ele não poderá perder a sua nacionalidade.
- c) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e a moeda nacional;
- d) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios ter símbolos próprios;
- e) Brasileiros natos ou naturalizados poderão ocupar o cargo de embaixador.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

33. De acordo com as disposições do Código Penal vigente, assinale a alternativa **correta**:

- a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
 - b) Considera-se praticado o crime no momento do resultado da ação ou omissão.
 - c) Considera-se praticado o crime no lugar de residência do autor da ação ou omissão, bem como onde mora a vítima em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - d) A omissão não é penalmente relevante, nem mesmo quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, o importante é identificar o autor dos fatos.
 - e) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que não tenha havido sentença condenatória transitada em julgado.
34. Considerando a imputabilidade penal descrita no Código Penal Brasileiro, assinale a **incorreta**:
- a) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
 - b) Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
 - c) São isentos de pena aqueles que cometem o crime motivados por emoção, paixão, embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
 - d) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

e) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

35. Identifique o crime disposto no Código Penal Brasileiro que possui a seguinte descrição: *“Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono”*.

Assinale a alternativa correta.

- a) Omissão de socorro.
- b) Homicídio culposo, caso a vítima venha a falecer.
- c) Maus Tratos.
- d) Abandono de Incapaz.
- e) Tortura.

36. Assinale a alternativa cujo crime **não** corresponde à descrição prevista no Código Penal Brasileiro:

- a) Peculato - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- b) Condescendência criminosa - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- c) Corrupção ativa - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes, de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- d) Prevaricação - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa.
- e) Advocacia Administrativa - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

37. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) o inquérito policial é conduzido pelo escrivão.
- b) somente a autoridade policial e seus agentes podem efetuar a captura em flagrante.
- c) a autoridade policial determina as diligências no inquérito policial somente quando há autorização judicial.
- d) o inquérito policial é um procedimento de natureza judicial inquisitório.
- e) todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.

38. Sobre o tema inquérito policial, assinale a assertiva correta.

- a) Por não haver contraditório nem ampla defesa, o inquérito policial prescinde das garantias do indiciado.
- b) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- c) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, compulsoriamente, pela autoridade.
- d) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- e) Apresentado o preso à autoridade competente, este será, desde logo, ouvido de forma a se averiguar os motivos de sua segregação. Só após passará a colher os depoimentos das testemunhas e do condutor, emitindo-lhe recibo de entrega de preso.

39. Sobre prisões e habeas corpus, assinale o item correto.

- a) A ação de "habeas-corpus" é gratuita, mas depende de advogado, na forma da lei, para a realização dos atos necessários ao exercício da cidadania.
- b) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito somente após cessar a permanência.
- c) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- d) Decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa.
- e) Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, inclusive nos casos de punição disciplinar e pena de multa.

40. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá, exceto:

- a) dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- b) apreender os objetos que tiverem relação com o fato, mesmo antes da chegada dos peritos criminais para evitar subtrações ou outros crimes.
- c) colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
- d) proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.
- e) ouvir o ofendido.

DIREITO PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

41. Com relação aos crimes contra a Administração Militar e contra a Administração da Justiça Militar, é correto afirmar que:

- a) desacatar superior, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, ou procurando deprimir-lhe a autoridade só tipificará o crime militar de desacato a superior se for praticado diante de outro militar.
- b) o militar que pratica, indevidamente, ato de ofício, contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, comete o crime militar de prevaricação.
- c) aquele que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração militar, valendo-se da qualidade de funcionário ou de militar só cometerá crime militar se o interesse for ilegítimo.
- d) fraudar o cumprimento de decisão da Justiça Militar caracteriza o crime militar de fraude processual.
- e) provocar a ação da autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime sujeito à jurisdição militar, que sabe não se ter verificado, caracteriza o crime militar de denúncia caluniosa.

42. É correto afirmar que

- a) o crime militar de dormir em serviço exige o dolo do autor para a sua caracterização.
- b) a ingestão de álcool pelo militar durante o serviço caracteriza o crime militar de embriaguez em serviço.
- c) o simples concerto para deserção não é crime militar.
- d) pratica o crime militar de exercício de comércio a praça que toma parte na administração ou gerência de sociedade comercial.
- e) o militar que usa indevidamente uniforme, distintivo ou insígnia de posto ou graduação superior somente cometerá crime militar se obtiver alguma vantagem desse uso.

43. Segundo o Código Penal Militar brasileiro,

- a) a reforma é uma espécie de pena acessória que sujeita o condenado a permanecer no recinto da unidade, sem prejuízo da instrução militar.
- b) a pena de impedimento sujeita o condenado à situação de inatividade e fora da unidade militar.
- c) o crime cometido em país estrangeiro só atenua o crime quando praticado por civil.
- d) a suspensão dos direitos políticos é efeito automático das condenações militares, ainda que o réu seja civil.
- e) é vedada, em tempos de paz, a suspensão condicional da pena para o crime de desrespeito a superior.

44. Sobre o que constitui a conduta típica de crime militar de motim, assinale a alternativa correta.

- a) reunirem-se dois militares, com armamento de propriedade militar, praticando violência à coisa pública ou particular em lugar não sujeito à administração militar
- b) reunirem-se militares desarmados agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la
- c) reunirem-se mais de dois militares ou assemelhados, com material bélico de propriedade militar, praticando violência à pessoa em lugar sujeito à administração militar
- d) deixar o militar de levar ao conhecimento do superior conspiração de cuja preparação teve notícia, ou, estando presente ao ato criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo
- e) reunirem-se militares armados, recusando obediência a superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

45. A PRISÃO PROVISÓRIA:

- a) A prisão em Flagrante, no caso de perseguição não interrompida, poderá ser realizada em qualquer lugar onde o perseguidor alcance o capturando;
- b) Em qualquer fase do inquérito ou processo, estando o capturando militar em jurisdição diversa do juiz que determinar a prisão, o mandado será encaminhado à autoridade militar da localidade onde estiver, observada a antiguidade de posto ou graduação;
- c) A recaptura independe de mandado e pode ser realizada por qualquer pessoa;
- d) Em face da ordem constitucional e da interpretação jurisprudencial, a prisão em crime militar próprio dispensa o controle da autoridade judiciária.
- e) Prisão provisória é a que ocorre depois da condenação definitiva.

46. NO TOCANTE À CONEXÃO E À CONTINÊNCIA É VÁLIDO AFIRMAR QUE:

- a) No concurso entre a jurisdição especializada e a cumulativa prevalece esta última;
- b) A conexão e a continência caracterizam prorrogação de competência necessária;
- c) Prevalecerá a competência do lugar da infração mais grave, salvo se o maior número de infrações for praticado em local diverso;
- d) Há conexão probatória e necessidade da reunião dos processos na hipótese de duas pessoas serem acusadas do mesmo crime em processos diversos, quando a prova da infração influi em ambos os processos.
- e) Haverá conexão na hipótese de uma única pessoa praticar várias infrações em concurso.

47. NO TOCANTE ÀS PARTES, PODEMOS AFIRMAR:

- a) Promotor não pode desistir da ação penal, salvo se não tiver formulado a denúncia;
- b) Assistente de acusação não pode, em regra, arrolar testemunhas, exceto requerer a oitiva das referidas;
- c) Juiz deverá nomear tutor ao acusado incapaz;
- d) Acusado bacharel em direito poderá exercitar sua própria defesa, devendo expressamente recusar a nomeação de defensor.
- e) O defensor poderá abandonar o processo em qualquer hipótese.

48. Em relação ao inquérito policial militar, assinale a alternativa ERRADA:

- a) A autoridade militar não poderá mandar arquivar autos de inquérito, embora conclusivo da inexistência de crime ou de inimizabilidade do indiciado.
- b) O arquivamento do inquérito não obsta a instauração de outro. Se novas provas aparecerem em relação ao fato, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção de punibilidade.
- c) O Ministério Público poderá requerer o arquivamento dos autos se entender inadequada a instauração do inquérito.
- d) Os autos de inquérito não poderão ser devolvidos a autoridade policial militar, a não ser mediante requisição do Ministério Público para diligências por ele consideradas imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- e) O inquérito é indispensável para o oferecimento da denúncia.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Marcos Girão

49. A Lei Federal nº 11.343/06 institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, e traz como competências da União, dentre outras, exceto:

- a) formular e coordenar a execução da Política Nacional sobre Drogas e delegar aos Estados a coordenação do Sisnad.
- b) elaborar o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, em parceria com Estados, Distrito Federal, Municípios e a sociedade.
- c) estabelecer diretrizes sobre a organização e funcionamento do Sisnad e suas normas de referência.
- d) promover a integração das políticas sobre drogas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- e) estabelecer uma política nacional de controle de fronteiras, visando a coibir o ingresso de drogas no País.

50. Cabo Rezende, policial militar, atendeu a uma denúncia de que vários adolescentes estariam causando tumulto numa praça pública. Ao chegar ao local, constatou que entre eles havia uma criança de 10 anos sem documentação alguma, razão pela qual a manteve sob sua guarda até a chegada do conselho tutelar. Enquanto aguardava, Rezende submeteu o menor a diversas situações de constrangimento, o que caracteriza:

- a) Infração Administrativa, com pena de multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
- b) Crime, com pena de multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
- c) Crime, com pena de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa
- d) Crime, com pena de detenção de seis meses a dois anos.
- e) Infração Administrativa, com pena de detenção de seis meses a dois anos.

51. Com base na Lei nº 9.455/1997, constitui a modalidade de tortura-crime o ato de:

- a) constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.
- b) constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa
- c) submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
- d) se omitir em face da prática de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las.
- e) constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.

52. A Lei Federal nº 7.716/89 define que serão punidos os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Nesse sentido, aquele que recusar acesso a estabelecimento comercial, negando-se a receber cliente em razão de sua cor, estará sujeito a pena de:

- a) reclusão de três a cinco anos.
- b) detenção de três a cinco anos.
- c) detenção de um a três anos.
- d) reclusão de um a três anos.
- e) reclusão de dois a quatro anos.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

53. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) é o principal instrumento do Sistema Americano de Direitos Humanos. Com base na Convenção, assinale a alternativa correta:

- a) Os Estados signatários só devem tornar efetivos os direitos e liberdades previstos na Convenção se já houver previsão em suas normas constitucionais.
- b) O direito à vida deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o nascimento do indivíduo.
- c) Quando um Estado já tiver abolido a pena de morte não poderá restabelecê-la.
- d) A pena de morte não pode ser aplicada por delitos políticos, mas admite-se em caso de delitos comuns conexos com aqueles.
- e) É vedada a aplicação da pena de morte ao menor de dezoito anos, às grávidas e aos maiores de sessenta anos.

54. Em relação à integridade pessoal assegurada pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, pode-se afirmar:

- a) A proteção à integridade pessoal abarca apenas o aspecto físico dos indivíduos.
- b) Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes, exceto em caso de prisioneiros de guerra.
- c) Aqueles que estão sendo processados sempre devem ficar separados dos condenados para que seja respeitada sua integridade.
- d) As penas privativas de liberdade devem visar a reforma e a readaptação social dos condenados.
- e) Não há óbice que adolescentes sejam colocados juntamente com adultos.

55. A Portaria Interministerial nº 4.226/2010 estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública e define que:

- a) O uso da força por agentes de segurança pública deverá obedecer aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência.
- b) Os agentes de segurança pública só podem disparar armas de fogo contra pessoas em casos de legítima defesa própria contra perigo iminente de morte ou lesão grave.
- c) É legítimo o uso de arma de fogo contra pessoa em fuga, armada ou desarmada, ainda que não represente risco imediato.
- d) Só é admitido o uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial na categoria de “disparos de advertência”.
- e) Os agentes de segurança pública devem guiar-se, quanto ao uso da força, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

56. Considerando as disposições da Portaria Interministerial nº 4.226/2010, assinale a alternativa correta:

- a) O agente de segurança pública poderá apontar a arma para pessoas indiscriminadamente visando garantir a ordem das operações.
- b) Todo agente de segurança pública deve portar, no mínimo, um instrumento de menor potencial ofensivo e equipamentos de proteção para atuar.
- c) Quando o uso da força causar lesão ou morte de pessoas, o agente de segurança pública deve facilitar a prestação de socorro ou assistência médica aos feridos, sendo dispensada a comunicação do fato ao seu superior.
- d) Os agentes de segurança pública deverão ser afastados definitivamente do serviço operacional quando observados resultados letais nas ocorrências.
- e) Quando o uso da força causar lesão ou morte de pessoas, o órgão de segurança pública deverá recolher e identificar as armas e munições de todos os envolvidos, além de afastar temporariamente os agentes envolvidos diretamente em ocorrências com resultado letal.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Marcos Girão

57. Conforme o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.251/1985), não é uma manifestação do Valor Policial-Militar:

- a) O sentimento de servir à comunidade estadual, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever Policial-Militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, exceto em situações que gerem risco de vida.
- b) O civismo e o culto das tradições históricas.
- c) A fé na missão elevada da Polícia Militar.
- d) O amor à profissão Policial-Militar e o entusiasmo com que é exercida
- e) O aprimoramento técnico-profissional.

58. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 53/2006, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará - PMPA, não é um princípio basilar a ser observado pela PMPA:

- a) a publicidade
- b) a legalidade
- c) a eficiência
- d) a disciplina
- e) a pessoalidade

59. Analise as assertivas abaixo sobre a Lei Estadual 6.833/2006, que institui o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará:

- I. A disciplina policial-militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo policial- militar.
- II. As ordens devem ser prontamente obedecidas em qualquer hipótese.
- III. Os cabos e soldados são, essencialmente, elementos de execução.
- IV. As demonstrações de camaradagem, cortesia e consideração, obrigatórias entre os policiais militares, devem ser estendidas aos militares das

Forças Armadas e aos policiais e bombeiros militares de outras corporações.

Marque a alternativa que traz os itens corretos.

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) III e IV.
- d) II e IV.
- e) I e III.

60. Segundo o Decreto-lei Federal nº. 667/1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, marque a alternativa correta:

- a) O Comando das Polícias Militares será exercido, em princípio, por oficial da ativa, de qualquer posto, da própria Corporação
- b) O Comandante da Polícia Militar, quando oficial do Exército, não poderá desempenhar outras funções no âmbito estadual, ainda que cumulativamente com suas funções de comandante, por prazo superior a 60 (sessenta) dias.
- c) É permitida a aquisição de engenhos, veículos, armamentos e aeronaves fora das especificações estabelecidas.
- d) É expressamente proibido a elementos das Polícias Militares o comparecimento fardado, exceto em serviço, em manifestações de caráter político-partidário.
- e) Não aplicam-se ao pessoal das Polícias Militares as disposições constitucionais relativas ao alistamento eleitoral e condições de elegibilidade dos militares.

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-PM-PA-Soldado-29-05-21>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>